

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do preceituado no Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a Câmara Municipal de Santa Comba Dão apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício económico de 2010.

INTRODUÇÃO

EVOLUÇÃO FINANCEIRA

O ano de 2010 foi marcado pelo agravamento da crise económica e financeira do País, situação que levou o Governo à tomada de fortes medidas de contenção, também estendidas às autarquias que viram as transferências previstas na Lei das Finanças Locais (participação das autarquias nos impostos do estado) reduzidas em 10% a partir de Junho e tiveram que suportar o aumento das contribuições sociais dos seus trabalhadores e ainda retenções por conta de despesas com o Serviço Nacional de Saúde.

Por outro lado, a contração na economia, em especial no sector da construção civil, resultou numa forte diminuição das receitas de taxas e licenças, Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis (IMT) e Derrama. Estima-se que, com estes factores, a receita da Câmara Municipal foi reduzida em mais de 650.000 euros e a Despesa com contribuições sociais aumentou cerca de 82.500 euros.

Num contexto interno, o ano de 2010 representou o início da diminuição da despesa corrente, tal como se perspectivou no Plano de Saneamento Financeiro Reformulado, por via dos resultados das medidas de contenção entretanto implementadas.

Se ignorarmos a dívida transitada, isto é, num cenário de Orçamento Zero, o ano de 2010 revelou-se melhor que o ano de 2009, contando para essa execução a contabilização como proveito (diferido), os valores a receber do QREN, correspondentes à comparticipação dos projectos financiados e com despesa assumida.

Os Quadros seguintes demonstram essa realidade:

RECEITA

CLASSIF.	DESIGNAÇÃO	VALOR		EVOLUÇÃO (%)
		2010	2009	
01	Impostos Directos	1.305.823 €	1.445.779 €	-9,68%
02	Impostos Indirectos	78.387 €	70.574 €	11,07%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	190.307 €	193.773 €	-1,79%
05	Rendimentos de Propriedade	323.011 €	564.088 €	-42,74%
06	Transferências Correntes	3.066.027 €	2.974.383 €	3,08%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	549.799 €	309.410 €	77,69%
08	Outras Receitas Correntes	93.291 €	23.653 €	294,42%
09	Venda de Bens de Investimento	774.400 €	54.574 €	1318,99%
10	Transferências de Capital	2.380.239 €	1.810.411 €	31,48%
12	Passivos Financeiros	598.330 €	7.069.000 €	-91,54%
15	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	3.867 €	799 €	384,22%
16	Saldo da Gerência Anterior	150.619 €	85.692 €	75,77%
	Proveitos Diferidos (Fundos Comunitários em Atraso e outros)	2.587.987 €		
TOTAIS		12.102.089 €	14.602.135 €	-17,12%

DESPESA

CLAS.	DESIGNAÇÃO	ANO DE 2010			ANO DE 2009			EVOL (%)
		No ano	Divida Transit	Total	No ano	Divida Transit	Total	
101	Assembleia Municipal	15.400,09	253,80	15.653,89	7.504,93	948,79	8.453,72	105,20%
201	Despesas com Pessoal	3.310.340,93	47.752,08	3.358.093,01	3.049.815,50	232.488,69	3.282.304,19	8,54%
202	Aquisição de Bens e Serviços	2.762.243,82	1.081.541,50	3.843.785,32	2.567.527,42	1.903.767,66	4.471.295,08	7,58%
204	Transferências Correntes	192.578,59	49.801,87	242.380,46	350.852,65	86.176,53	437.029,18	-45,11%
205	Subsídios	337.968,84	0,00	337.968,84	540.364,00	0,00	540.364,00	-37,46%
206	Outras Despesas Correntes	44.707,05	468,00	45.175,05	44.498,73	2.805,00	47.303,73	0,47%
207	Aquisição de Bens de Capital	3.808.562,41	2.858.945,67	6.667.508,08	3.419.761,16	3.812.101,77	7.231.862,93	11,37%
208	Transferências de Capital	179.951,82	14.566,51	194.518,33	728.288,35	31.750,46	760.038,81	-75,29%
209	Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
303	Juros e Outros Encargos	316.539,98	15.432,70	331.972,68	389.721,68	53.548,30	443.269,98	-18,78%
310	Passivos Financeiros	1.018.991,70	0,00	1.018.991,70	1.408.003,66	0,00	1.408.003,66	-27,63%
TOTAIS		11.987.285,23	4.068.762,13	16.056.047,36	12.506.338,08	6.123.587,20	18.629.925,28	-13,82%

Assim, em termos comparativos, no ano de 2010, a despesa registou uma redução de 13,82% relativamente a 2009, enquanto que a receita embora tenha diminuído 17,12%, regista uma melhoria se retirarmos a 2009 o valor de 6.500.000 euros resultante do empréstimo para Saneamento Financeiro.

CONCLUSÃO

Durante o ano de 2010 ficaram concluídos alguns projectos/investimentos que tiveram influência decisiva no resultado final apresentado. Concluíram-se as seguintes obras e investimentos.

1. Centro Educativo Norte
2. Requalificação e Reabilitação da Ex-EN2 e Ex-EN234
3. Polidesportivos integrados nos Centros Educativos Centro e Sul
4. Mobiliário dos Centros Educativos
5. Equipamentos Informáticos e Quadros Interactivos nos Centros Educativos
6. Modernização Administrativa dos Serviços Municipais, incluindo a aquisição de um novo servidor informático
7. Controlo de Assiduidade dos trabalhadores com recurso a equipamento de leitura biométrica
8. Renovação de alguns equipamentos, através de contratos de aluguer operacional
9. Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas na Povoação de Vale Couço
10. 90% dos trabalhos de construção da Ecopista do Dão.
11. Monumento aos Heróis do Ultramar
12. Aquisição de um programa informático para a Biblioteca Municipal e rede de Bibliotecas Escolares
13. Aquisição de uma nova cartografia georreferenciada e homologada

Todos estes trabalhos e aquisições, tiveram reflexo em termos do valor da despesa de 2010, sendo que, na sua generalidade vão ter participação através dos fundos do QREN durante o ano de 2011.

A par destes investimentos, iniciou-se uma reestruturação dos serviços, aplicou-se o SIADAP conforme estipulado na lei e redireccionou-se a actividade exterior dos trabalhadores municipais. Todas estas decisões, que inicialmente resultam num acréscimo de despesa, terão reflexos positivos a partir de 2011. O número total de trabalhadores era, em 31 de Dezembro de 2010, de 165, a que acrescem mais 42 da empresa municipal Combanima, o que representou uma redução de cerca de 20 trabalhadores relativamente aos anos anteriores. Esta redução irá prosseguir em 2011 e 2012, até que se atinja o número ideal de 170 trabalhadores no universo da Câmara Municipal e da empresa Municipal.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflecte uma diminuição das receitas próprias e consequentemente a impossibilidade em atingir os valores previstos. A sobre dotação de algumas rubricas, nomeadamente de Rendimentos da Propriedade e Venda de Bens de Investimento, conduz a um grau de execução global mais baixo. Na tabela seguinte, verificam-se desvios relevantes nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2010				2009			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos directos	1.539.221,00	1.284.579,90	-254.641,10	83,46%	1.314.393,00	1.445.778,63	131.385,63	110,00%
02	Impostos indirectos	79.470,00	78.181,30	-1.288,70	98,38%	99.247,00	70.573,57	-28.673,43	71,11%
04	Taxas, multas e outras penalidades	220.359,00	190.223,21	-30.135,79	86,32%	968.102,00	193.773,46	-774.328,54	20,02%
05	Rendimentos da propriedade	3.452.039,00	323.011,27	-3.129.027,73	9,36%	2.987.855,00	564.088,09	-2.423.766,91	18,88%
06	Transferências correntes	3.666.384,00	3.066.027,18	-600.356,82	83,63%	3.478.313,00	2.974.383,71	-503.929,29	85,51%
07	Venda de bens e serviços correntes	621.850,00	549.799,06	-72.050,94	88,41%	521.200,00	309.410,21	-211.789,79	59,36%
08	Outras receitas correntes	12.000,00	93.291,33	81.291,33	777,43%	12.000,00	23.652,82	11.652,82	197,11%
09	Venda de bens de investimento	3.800.000,00	774.400,25	-3.025.599,75	20,38%	2.256.941,30	54.573,60	-2.202.367,70	2,42%
10	Transferências de capital	5.980.729,00	2.380.239,32	-3.600.489,68	39,80%	5.227.011,00	1.810.411,20	-3.416.599,80	34,64%
12	Passivos financeiros	969.472,46	598.330,11	-371.142,35	61,72%	7.069.091,49	7.069.000,00	-91,49	100,00%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	-	350.000,00	70.000,00	-280.000,00	20,00%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	3.867,15	3.862,15	77343,00%	5,00	798,60	793,60	15972,00%
16	Saldo da gerência anterior	150.618,92	150.618,92	0,00	100,00%	85.691,50	85.691,50	0,00	100,00%
Total Receitas		20.492.148,38	9.492.569,00	-10.999.579,38	46,32%	24.369.850,29	14.672.135,39	-9.697.714,90	60,21%

O grau de execução orçamental das receitas diminuiu, cifrando-se no final do exercício em 46,32%.

Concluimos que a orçamentação da receita continua condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga no exercício, mas exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que influencia a projecção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores '*executados*' e valores '*pagos*', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa diminuiu de 86,45% para 82,02% se considerarmos os valores '*executados*', diminuiu

de 59,75% para 46,08% se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2010						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	23.000,00	15.152,16	-7.847,84	65,88%	15.152,16	-7.847,84	65,88%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	3.000,00	247,93	-2.752,07	8,26%	0,00	-3.000,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	4.043.438,00	3.358.093,01	-685.344,99	83,05%	3.241.230,98	-802.207,02	80,16%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	4.401.601,92	3.966.118,07	-435.483,85	90,11%	2.038.447,52	-2.363.154,40	46,31%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	405.152,00	242.380,46	-162.771,54	59,82%	148.747,09	-256.404,91	36,71%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	343.000,00	337.968,84	-5.031,16	98,53%	337.968,84	-5.031,16	98,53%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	50.250,00	45.175,05	-5.074,95	89,90%	43.626,16	-6.623,84	86,82%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	9.417.984,00	7.299.570,68	-2.118.413,32	77,51%	2.117.686,93	-7.300.297,07	22,49%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	276.750,00	192.218,33	-84.531,67	69,46%	182.918,33	-93.831,67	66,10%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	3.000,00	0,00	-3.000,00	0,00%	0,00	-3.000,00	0,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	472.500,00	331.965,36	-140.534,64	70,26%	315.398,29	-157.101,71	66,75%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.052.472,46	1.018.991,70	-33.480,76	96,82%	1.001.348,26	-51.124,20	95,14%
	Total despesas	20.492.148,38	16.807.881,59	-3.684.266,79	82,02%	9.442.524,56	-11.049.623,82	46,08%

Rub.	Designação	2009						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	26.100,00	7.564,33	-18.535,67	28,98%	7.310,53	-18.789,47	28,01%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	3.000,00	979,39	-2.020,61	32,65%	889,39	-2.110,61	29,65%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	3.284.507,00	3.282.304,19	-2.202,81	99,93%	3.234.552,11	-49.954,89	98,48%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	4.621.185,03	4.532.489,91	-88.695,12	98,08%	3.389.369,86	-1.231.815,17	73,34%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	438.600,00	437.029,18	-1.570,82	99,64%	387.227,31	-51.372,69	88,29%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	545.055,00	540.364,00	-4.691,00	99,14%	540.364,00	-4.691,00	99,14%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	47.499,00	47.303,73	-195,27	99,59%	46.835,73	-663,27	98,60%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	12.750.352,00	9.609.319,04	-3.141.032,96	75,37%	4.372.917,26	-8.377.434,74	34,30%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	789.785,47	760.038,81	-29.746,66	96,23%	745.472,30	-44.313,17	94,39%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	5.000,00	0,00	-5.000,00	0,00%	0,00	-5.000,00	0,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	449.570,00	443.269,98	-6.300,02	98,60%	427.837,28	-21.732,72	95,17%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.409.196,79	1.408.003,66	-1.193,13	99,92%	1.408.003,66	-1.193,13	99,92%
	Total despesas	24.369.850,29	21.068.666,22	-3.301.184,07	86,45%	14.560.779,43	-9.809.070,86	59,75%

Na estrutura da despesa, a análise efectuada a partir dos valores 'executados' revelam uma diminuição dos mesmos na ordem dos 4,43%, contribuindo para esse resultado a diminuição de compromissos assumidos, nomeadamente nas seguintes rubricas:

- Despesas com pessoal, com uma diminuição de 16,88%;
- Aquisição de bens e serviços correntes, diminuiu 7,97%;
- Transferências correntes, diminuiu 39,82%;
- Outras despesas correntes, com uma diminuição de 9,69%;
- Transferências de capital, diminuíram 26,77%;
- Juros e outros encargos diminuíram 28,34%.

Estas diminuições resultam da implementação de várias medidas de contenção de despesa.

Apenas se verifica acréscimo de execução de despesa na rubrica de aquisição de bens de capital, na ordem dos 2,14%, que resulta da execução de vários projectos, dos quais se inserem projectos no âmbito do QREN, nomeadamente a Construção do Centro Educativo Norte, a Requalificação e Reabilitação da Ex EN2, a Construção da Ecopista do Dão e da Construção de Equipamentos para a Coesão Social – Polidesportivos; é de referir que os valores de despesa efectivamente realizada em 2010, referente a estes investimentos, importam em 2.574.297,28 €.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental, tal como em exercícios anteriores, parte da estrutura de receitas/despesas correntes desequilibrada, apresentando assim valores negativos nos sucessivos exercícios, tendência que começa a ser contrariada e que mostra uma evolução positiva no exercício de 2010, devendo-se essencialmente ao comportamento da despesa que diminuiu cerca de 10,70% comparativamente ao exercício transacto. Também a receita teve um comportamento positivo, embora muito pouco acentuado em termos percentuais.

As despesas correntes de 2010 ascenderam a 8.297.100,88 euros, mostrando-se superiores em 48,56%, em relação às receitas correntes que totalizaram 5.585.113,25 euros, contrariamente aos 66,47% verificados no exercício de 2009.

O município, em 2010 não cumpriu com o princípio orçamental do equilíbrio, uma vez que as receitas correntes foram inferiores às despesas correntes.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	5.585.113,25	Receitas	5.581.660,49
Despesas	8.297.100,88	Despesas	9.291.304,71
Défice 2010	-2.711.987,63	Défice 2009	-3.709.644,22

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital, tal como nos resultados correntes, é também ele negativo, constituindo estes a maior parcela do deficit orçamental do Município à data de 31 de Dezembro de 2010. A execução dos investimentos no âmbito do QREN e o facto de existirem atrasos no recebimento das receitas que financiam os mesmos origina o agravamento do défice no exercício em análise.

Assim, as receitas de capital, no exercício de 2010, cobrem as despesas de capital em 44,10%. Em 2009 este rácio foi de 76,46%.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	3.752.969,68	Receitas	9.003.984,80
Despesas	8.510.780,71	Despesas	11.777.361,51
Défice 2010	-4.757.811,03	Défice 2009	-2.773.376,71

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa permite identificar desvios significativos tanto em 2010 como nos exercícios transactos, concluindo-se que no futuro terão que ser traçadas metas que contrariem esta tendência.

No final do exercício de 2009 aferiu-se um saldo negativo de 6.396.530,83 euros entre receitas e despesas sendo este no final do exercício de 2010 de 7.315.312,59 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	9.492.569,00	Receitas	14.672.135,39
Despesas	16.807.881,59	Despesas	21.068.666,22
Défice 2010	-7.315.312,59	Défice 2009	-6.396.530,83

Verificamos um decréscimo no valor das receitas, mas é de salientar que no exercício transacto estas continham o produto do empréstimo contraído para saneamento financeiro. Relativamente às despesas, e não descurando o valor do défice, no exercício, verificamos uma diminuição na ordem dos 20,22% quando comparadas com o exercício transacto, resultado do esforço e empenho continuado que o executivo vem registando através da política de contenção de despesa.

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios, e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Designação	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	3.447.972,39	36,32%	2.818.340,48	19,21%
Outras Receitas	6.044.596,61	63,68%	11.853.794,91	80,79%
Total das Receitas	9.492.569,00	100,00%	14.672.135,39	100,00%

Em 2010 estas receitas corresponderam a 36,32% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de cobranças efectuadas depende de financiamentos externos à autarquia, não obstante de se verificar uma evolução positiva quando comparadas com o exercício de 2009.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é positivo, não obstante o decréscimo registado no total das receitas. Verifica-se, em 2010, um acréscimo de 17,11 pontos percentuais do peso das receitas próprias sobre as receitas

totais, relativamente a 2009, com um acréscimo do seu valor absoluto em 629.631,91 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:

		2010		2009	
Rub.	Designação	Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos directos	1.284.579,90	37,26%	1.445.778,63	51,30%
02	Impostos indirectos	78.181,30	2,27%	70.573,57	2,50%
04	Taxas, multas e out pen.	190.223,21	5,52%	193.773,46	6,88%
05	Rendimentos da propriedade	323.011,27	9,37%	564.088,09	20,01%
07	Venda de bens e serv. corr.	549.799,06	15,95%	309.410,21	10,98%
08	Outras receitas correntes	93.291,33	2,71%	23.652,82	0,84%
09	Venda de bens de inv.º	774.400,25	22,46%	54.573,60	1,94%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00%	70.000,00	2,48%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	3.867,15	0,11%	798,60	0,03%
16	Saldo da gerência anterior	150.618,92	4,37%	85.691,50	3,04%
Total das receitas próprias		3.447.972,39	36,32%	2.818.340,48	19,21%
Total das receitas		9.492.569,00		14.672.135,39	

Contribui para o aumento, verificado no exercício de 2010, das receitas próprias a venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, a venda de bens de investimento e o saldo transitado da gerência anterior. Verificou-se decréscimo nas rubricas de impostos (directos e indirectos), taxas, multas e outras penalidades e nos rendimentos da propriedade.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 21% da despesa total, representando um acréscimo de 8 pontos percentuais comparativamente ao exercício transacto.

Os impostos directos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 14% da totalidade da receita, verificando-se também um acréscimo do peso destes na receita total.

Rácio	2010	2009
Receitas Próprias / Despesa Total	0,21	0,13
Receitas Próprias / Receita Total	0,36	0,19
Impostos Directos / Receita Total	0,14	0,10

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resulta da sua actividade directa são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados.

No município, estes financiamentos representam 63,68% do total das receitas no exercício de 2010, pelo que comparativamente ao exercício transacto verificamos um decréscimo de 17,11%.

Financiamento não próprio	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	3.066.027,18	50,72%	2.974.383,71	25,09%
Transferências capital	2.380.239,32	39,38%	1.810.411,20	15,27%
Passivos Financeiros	598.330,11	9,90%	7.069.000,00	59,63%
Total financiamento não próprio	6.044.596,61	63,68%	11.853.794,91	80,79%
Total Receitas	9.492.569,00		14.672.135,39	

Podemos verificar, contrariamente ao verificado no exercício de 2009, que no exercício em análise foram as transferências correntes que possuíram maior peso (50,72%), verifica-se um aumento na ordem dos 24,11 pontos percentuais nas transferências de capital enquanto que os passivos financeiros perderam uma importância significativa. O decréscimo tão acentuado dos passivos financeiros deve-se à contracção, no exercício transacto, do empréstimo de saneamento financeiro.

Embora se tenha verificado um aumento nas transferências correntes e de capital, estas não contemplam o valor das retenções efectuadas pela Direcção Geral das Autarquias Locais de 10%, nas transferências mensais, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente e capital), relativo ao estipulado no n.º 4 do artigo 5º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais.

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL) que estabelece as seguintes formas de participação:

- **FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de financiamento e investimento;
 - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correcção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM** – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (87,01%), quer de capital (60,32%), tendo-se verificado no segundo caso um aumento do peso dos valores da participação comunitária em projectos co-financiados.

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	2.667.836,50	87,01%	2.639.755,00	89,67%
Outras Entidades Estado	208.313,73	6,79%	207.106,43	7,04%
Participação Comunitária	49.870,52	1,63%	14.289,48	0,49%
Fundos e Serv. Autónomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras transferencias correntes	140.006,43	4,57%	82.549,83	2,80%
Total das Transferências Capital	3.066.027,18	100,00%	2.943.700,74	100,00%

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	1.435.644,50	60,32%	1.416.353,00	78,23%
Outras Entidades Estado	11.000,00	0,46%	203.914,45	11,26%
Participação Comunitária	933.594,82	39,22%	152.059,00	8,40%
Outras transferências capital	0,00	0,00%	38.084,75	2,10%
Total das Transferências Capital	2.380.239,32	100,00%	1.810.411,20	100,00%

No exercício de 2010, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	1.435.644,50	-	-	1.435.644,50
Corrente	2.254.221,50	201.838,00	211.777,00	2.667.836,50
Total	3.689.866,00	201.838,00	211.777,00	4.103.481,00

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2010, dos fundos municipais. Assinalamos o crescimento de 1,03% do aumento do total dos fundos no exercício face ao exercício transacto.

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2003	3.785.037,00	-	
2004	3.966.719,00	4,80%	
2005	4.046.053,00	2,00%	
2006	4.046.053,00	0,00%	
2007	4.015.660,00	-0,75%	
2008	4.152.080,00	3,40%	
2009	4.460.774,00	7,43%	a)
2010	4.506.500,00	1,03%	b)

a) Valor constante do Mapa XIX, do Orçamento do Estado para 2009.

b) Valor constante do Mapa XIX, da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho.

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

O recurso da autarquia a fundos comunitários, teve em 2010, um aumento de 591 pontos percentuais face ao ano 2009.

A participação comunitária é especialmente notória em termos de capital: em 2010 o FEDER representou quase 100% do total das transferências de fundos comunitários.

Salientamos que a análise é suportada por valores efectivamente recebidos em cada um dos exercícios.

	2010		2009		2008		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FORAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	34.558,52	14,26%
FEDER	933.594,82	94,93%	152.059,00	91,41%	53.289,75	69,99%	207.788,76	85,74%
Outros	49.870,52	5,07%	14.289,48	8,59%	22.853,84	30,01%	0,00	0,00%
Total	983.465,34	100,00%	166.348,48	100,00%	76.143,59	100,00%	242.347,28	100,00%

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do município é feita à luz do preceituado na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), nomeadamente no estabelecido no seu Título IV – Endividamento Autárquico.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2010.

		Descrição		2010
1		Capital em dívida de médio e longo prazo		12.984.339,76
2		Total do endividamento líquido		14.413.701,26
3		Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento		1.275.448,32
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido		-17.154,52
4		Dívida à EDP 1988		
5	=1-3	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar no endividamento		11.708.891,44
6	=2-3-4	Endividamento Líquido a considerar		13.236.406,82
7		Limite aos empréstimos m.l. prazo (nº2,art.39º,Lei 2/2007)	100%	5.909.091,63
8		Limite ao endividamento líquido (nº1,art.37º,Lei 2/2007)	125%	7.386.364,54
9		Limite aos empréstimos curto prazo (nº1,art.39º,Lei 2/2007)	10%	590.909,16
		Limite de empréstimos de curto prazo		590.909,16
10		Empréstimo curto prazo contratado		
11		Montante em excesso		
12		Margem para o limite		590.909,16
		Limite de empréstimos de médio e longo prazo		5.909.091,63
13	=5-7	Montante em excesso		5.799.799,81
14		Margem para o limite		
		Limite de endividamento líquido		7.386.364,54
14	=6-8	Montante em excesso		5.850.042,28
15		Margem para o limite		

Os limites instituídos nos normativos legais nesta tabela foram ultrapassados, como se resume:

- Excesso do limite de empréstimos de médio e longo prazo 5.799.799,81€
- Excesso do limite do endividamento líquido 5.850.042,28€

Data	Limite ao Endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Contribuição AM, SM e SEL	Montante em excesso	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos			Líquido	Médio e longo prazos
	1	2	3				7=1-3+6	8=2-4
01-01-2010	7.386.364,54	5.909.091,63	13.423.095,70	12.169.141,82	1.391.844,08	536.110,19	5.180.997,27	6.260.050,19
31-12-2010	7.386.364,54	5.909.091,63	14.529.009,66	11.708.891,44	1.275.448,32	-17.154,52	5.850.042,28	5.799.799,81

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município agravou a sua situação face ao limite de endividamento líquido, e reduziu o excesso de endividamento de médio e longo prazo. A redução do endividamento de médio e longo prazo foi na ordem dos 7,9%, não dando assim cumprimento ao estipulado no n.º 2 do artigo 37º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro.

3. ANÁLISE DE ACTIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Actividades Mais Relevantes (AMR's).

Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as actividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Facturado em anos anteriores	2.858.945,67
Facturado no ano	3.807.854,45
Total.....	6.666.800,12
Pagamento de facturação do ano de anos anteriores	2.117.686,93

- Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Facturado em anos anteriores	763.886,56
Facturado no ano	1.990.624,79
Total.....	2.754.511,35
Pagamento de facturação do ano de anos anteriores	1.529.433,95

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2010		2009		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	271.146,56	3,34%	657.218,52	7,45%	-386.071,96	-58,74%
Impostos e taxas	1.976.561,99	24,33%	1.793.011,73	20,34%	183.550,26	10,24%
Variação da produção						nd
Trabalhos para a própria entidade						nd
Proveitos suplementares						nd
Transferências e subsídios obtidos	5.133.541,23	63,20%	4.893.656,37	55,51%	239.884,86	4,90%
Outros proveitos e ganhos operacionais			11.561,00	0,13%	-11.561,00	nd
Proveitos e ganhos financeiros	441.414,20	5,43%	788.847,64	8,95%	-347.433,44	-44,04%
Proveitos e ganhos extraordinários	300.030,00	3,69%	671.998,50	7,62%	-371.968,50	-55,35%
Proveitos Totais	8.122.693,98	100,00%	8.816.293,76	100,00%	-693.599,78	-7,87%

Observamos que 63,20% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2010		2009		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	197.598,33	1,64%	167.304,81	1,39%	30.293,52	
Fornecimentos e serviços externos	2.690.787,04	22,34%	2.535.900,70	21,12%	154.886,34	6,11%
Custos com o pessoal	3.231.159,83	26,82%	3.084.549,10	25,69%	146.610,73	4,75%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	517.151,77	4,29%	868.869,93	7,24%	-351.718,16	-40,48%
Amortizações do exercício	3.692.049,35	30,65%	3.690.665,66	30,73%	1.383,69	0,04%
Provisões do exercício						
Outros custos e perdas operacionais	12.151,58	0,10%	57.245,57	0,48%	-45.093,99	-78,77%
Custos e perdas financeiros	318.439,46	2,64%	370.301,23	3,08%	-51.861,77	-14,01%
Custos e perdas extraordinários	1.386.399,01	11,51%	1.234.120,52	10,28%	152.278,49	12,34%
Custos Totais	12.045.736,37	100,00%	12.008.957,52	100,00%	36.778,85	0,31%

A rubrica de amortizações do exercício com 3.692.049,35€ e com um peso de 30,65% do total dos custos e, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspectiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o valor negativo de resultados líquidos dos exercícios.

Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com fornecimentos e serviços externos, e os custos com pessoal, que no exercício de 2010 representam 22,34% e 26,82% dos custos totais, respectivamente.

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2010 e o exercício de 2009, que evidencia um aumento dos mesmos, essencialmente a nível financeiro.

Rubricas	2010	2009
Resultados Operacionais	-2.959.648,12	-3.049.088,15
Resultados Financeiros	122.974,74	418.546,41
Resultados Correntes	-2.836.673,38	-2.630.541,74
Resultados Extraordinários	-1.086.369,01	-562.122,02
Resultados Líquidos	-3.923.042,39	-3.192.663,76

Mantém-se a tendência de resultados negativos, também verificada nos exercícios anteriores, que se podem justificar com dificuldades que a autarquia tem em aumentar receitas próprias, assim como uma parte significativa dos custos que assume de carácter fixo/regular.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2010	2009	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	2.028.352,75	2.307.791,88	-279.439,13	-12,11%
Empréstimos concedidos				
Clientes, c/c				
Contribuintes, c/c				
Utentes, c/c	207.844,71	208.617,77	-773,06	-0,37%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43		
Adiantamentos a fornecedores				
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
Estado e outros entes públicos	983,11	3.409,63	-2.426,52	-71,17%
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26		
Outros devedores	1.765.226,24	2.041.465,79	-276.239,55	-13,53%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo				
Total da Dívida de Terceiros	2.028.352,75	2.307.791,88	-279.439,13	-12,11%

Verifica-se um decréscimo da dívida de terceiros no exercício de 2010 em comparação com igual período do exercício anterior, tendo resultado essencialmente de valores recebidos pela participação em projectos co-financiados.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2010	2009	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	6.866.975,24	4.299.211,82	2.567.763,42	59,73%
Empréstimos a curto prazo				
Adiantamentos por conta de vendas				
Fornecedores c/c	1.337.173,96	678.359,41	658.814,55	97,12%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência				
Clientes e utentes c/cauções	970,82	1.024,82	-54,00	-5,27%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Fornecedores de imobilizado c/c	2.474.346,85	1.402.639,06	1.071.707,79	76,41%
Estado e outros entes públicos	40.430,68	32.670,52	7.760,16	23,75%
Administração autárquica	20.216,80	11.696,36	8.520,44	72,85%
Outros credores	2.993.836,13	2.172.821,65	821.014,48	37,79%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	12.984.339,76	13.560.985,90	-576.646,14	-4,25%
Dívidas a instituições de crédito	12.984.339,76	13.560.985,90	-576.646,14	-4,25%
Total da Dívida a Terceiros	19.851.315,00	17.860.197,72	1.991.117,28	11,15%

No final de 2010, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 6.866.975,24€, superiores em relação ao ano anterior na ordem dos 59,73%. O saldo da rubrica '*Outros Credores*' respeita fundamentalmente a acordos de regularização de dívida cujos pagamentos estão a ser efectuados em prestações mensais e ao valor em dívida à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativamente a empréstimos.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, integralmente respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 4,25% em relação a 2009, devendo-se este decréscimo à não contração de novos empréstimos e à amortização dos contraídos em exercícios anteriores.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 3.923.042,39euros (três milhões, novecentos e vinte e três mil e quarenta e dois euros e trinta e nove cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- **Transferência para Resultados Transitados** **-3.923.042,39 €**